

Sistematização rejeita a emenda dos empresários que abolia estabilidade

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — Os "progressistas" conseguiram ontem sua primeira grande vitória na Comissão de Sistematização: derrotaram, por 64 votos a 29, a emenda popular dos empresários gaúchos que pretendia acabar com o princípio da estabilidade no emprego. A esquerda se aliou aos "centristas" do PMDB e do PFL, que eram aplaudidos entusiasticamente a cada voto.

A redação do inciso I do artigo sexto do substitutivo — o sétimo da nova Constituição — não está, porém, definitivamente mantida, pois a votação continua. Os empresários, segundo o Presidente da CNI, Senador Albano Franco (PMDB-SE), tentarão derrubar o substitutivo através de destaque do Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), que considera como direito do trabalhador "o contrato de trabalho protegido contra a despedida imotivada, nos termos da lei". O objetivo é remeter a questão à legislação ordinária.

Dos 49 representantes do PMDB, 41 votaram a favor do substitutivo. Entre eles, os "moderados" José Richa (PR), Cid Carvalho (MA), Aluizio Campos (PB), Teodoro Mendes (SP) e Nilson Gibson (PE). No PFL, foram decisivos os votos de dez constituintes, entre os quais o Líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS). No PDS, o único voto contrário à emenda foi do Deputado Konder Reis (SC), relator adjunto, que se manteve fiel ao substitutivo. Defendeu-o da tribuna, em nome do Relator. PDT, PTB, PT, PDC, PCB, PC do B e PSB votaram unanimemente pela manutenção do texto de Cabral. No PL, o Deputado Guilherme Afif Domingos (SP) foi o único a apoiar os empresários.

As duas facções utilizaram táticas diferentes. Os "progressistas" retiraram suas emendas que, por avançarem na garantia da estabilidade no emprego, não teriam o apoio do centro, sendo certamente derrotadas. Os representantes dos empresários insistiram em votar todas as emendas de seu interesse que alteravam o substitutivo. A esquerda retirou cinco pedidos de destaque, atendendo apelo de Bernardo Cabral. O Líder do PTB, Gastone Righi (SP), tentou



Righi, à direita, pede a Passarinho que o deixe defender sua emenda

aprovar emenda instituindo a estabilidade no emprego após 12 meses, através de indenização, mas uniu contra si o PMDB, o PFL e seus próprios companheiros de partido, que votaram contra. Foi derrotado por 75 votos a 18.

Ao encaminhar a posição contrária à emenda dos empresários gaúchos, o Deputado Néilton Friedrich (PR), do Movimento Unidade Progressista do PMDB, encontrou o melhor dos argumentos para convencer seus companheiros de partido: o programa do PMDB, que defende a estabilidade como princípio fundamental e foi parcialmente lido da tribuna.

— Nós, peemedebistas, nos elegemos com este programa. Este é o catecismo — disse.

A emenda dos empresários foi defendida pelo Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) e Darcy Pozza (PDS-RS), autor do destaque. Gasparian argumentou que o atual texto do substitutivo não trará benefícios para o trabalhador brasileiro, afirmando que os trabalhadores das grandes empresas poderão ser demitidos sob alegação de avanços tecnológicos ou mesmo a robotização do

trabalho. Acrescentou que as exigências do anteprojeto ameaçam a pequena e a média empresa, que poderão não ter condições de atendê-las.

Defendendo outro destaque de interesse dos empresários — que acabou retirado —, o Deputado Guilherme Afif apresentou estatísticas de que somente 47 por cento dos trabalhadores têm contrato de trabalho, afirmando que "o Brasil real está muito distante do Brasil legal".

Foi mantido, até o momento, o seguinte texto para o inciso I do artigo sexto do Capítulo II do substitutivo (artigo sétimo da nova Constituição):

"I — garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em:

"a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei;

"b) falta grave, assim conceituada em lei;

"c) justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho."

Sanduíche quase atrapalha Righi

BRASÍLIA — Por causa de um sanduíche que foi comer em seu Gabinete, a menos de 20 metros do plenário, o Líder do PTB, Gastone Righi (SP), perdeu ontem a oportunidade de defender sua emenda que, em vez de dar a estabilidade no emprego ao trabalhador, obriga o empregador que demitir a pagar uma indenização maior.

Ainda mastigando os últimos pedaços do sanduíche, Righi chegou ao plenário nervoso e esbravejando contra a decisão do Presidente em exercício da Mesa, Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que passou a pauta adiante, prejudicando sua defesa.

— Se o senhor quer se dirigir à Mesa, vá ao microfone, em nome do respeito que nos devemos mutuamente — instruiu Passarinho.

Dando alguns passos para trás, Righi chegou ao microfone e, ainda engolindo o sanduíche, contestou o a decisão do Presidente:

— Eu estava comendo um sanduíche. O senhor há de compreender isso — alegou.

Irredutível, Passarinho argumentou que enunciou o nome do Deputado por duas vezes e ele não estava presente e afirmou:

— Se o senhor insiste, recorra à Presidência da Constituinte. Se ela assim o decidir, voltamos a pauta.

Irritado com a decisão, Righi foi alertado por colegas de que existia um pedido de destaque seu na sequência da pauta e que a Mesa estava obedecendo a uma ordem errada. Por alguns instantes, o Presidente em exercício da Mesa aguardou que a assessoria técnica checasse e, afinal, concordou com a questão levantada pelo Líder do PTB. Enfim, Righi recebeu a palavra.

Depois de defender sua emenda, que determina o pagamento de indenização de um salário por ano de trabalho, além do FGTS e do aviso prévio, Righi, que pesa mais de cem quilos, se justificou:

— Eu não almocei hoje, nem tomei café. Estava com fome — disse.

Proposta de estabilidade aos 90 dias é rejeitada

BRASÍLIA — Na primeira votação da Comissão de Sistematização sobre a estabilidade no emprego, a emenda do Deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), que retomava o texto elaborado na Comissão da Ordem Social, propondo estabilidade aos 90 dias de trabalho, foi rejeitada ontem por 54 votos a 38.

Ao defender a proposta, Lula disse que, para os trabalhadores brasileiros, ela significava "o mínimo possível a se esperar de uma Constituição". **Afirmou que a demissão é utilizada pelos patrões para diminuir a folha de salários e que só isso pode explicar o alto número de demissões no País: segundo dados do Ministério do Trabalho, em 1985 a rotatividade chegou a 96% dos trabalhadores na construção civil e a 48,41% no comércio.**

O Líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), que subscreveu a emenda, afirmou que a votação serviria para mostrar aos trabalhadores quais eram os constituintes que cumpriam suas promessas eleitorais.

Embora a maioria do plenário tenha rejeitado a emenda, apenas um integrante da comissão falou contra, o Deputado Ricardo Izar (PFL-SP), que se apresentou como "uma vítima da estabilidade". sua família era dona de uma indústria de cartoneagem em São Paulo, que, segundo ele,

entrou em dificuldades depois que os funcionários adquiriram estabilidade, acabando por ser vendida.

— Depois da estabilidade, o funcionário fica apático, não trabalha mais — justificou.

Na segunda votação sobre o tema, esquerda e direita se uniram, derrotando a tentativa da Liderança do PMDB de aprovar destaque do Deputado Antônio Mariz (PMDB-PB) que restabelece o texto do primeiro substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Inclui entre os direitos dos trabalhadores "contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei".

O Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) foi à tribuna para defender a emenda, advertindo que se tratava da última chance de se obter um acordo sobre estabilidade. Segundo ele, na hipótese de derrota, sobriariam apenas duas opções radicais: uma apresentada pelos empresários e outra pelos trabalhadores. Mariz advertiu para o risco de derrota que uma votação dessas traria aos interesses dos trabalhadores, diante do resultado da votação anterior, da emenda de Lula.

Falando contra o destaque de Mariz pelos "moderados", o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) disse que a sua aprovação desencadearia uma demissão em massa em todo o

País, como reação dos patrões à estabilidade. Também contra o destaque, mas representando os "progressistas", o Deputado Luís Salomão (PDT-RJ) disse que ele representava um retrocesso em relação ao atual substitutivo de Cabral, porque deixava para a legislação ordinária a definição dos casos em que o trabalhador não poderia ser demitido.

Cabral recusou-se a acolher o destaque por perceber que ele não obtinha consenso na comissão. Ele também considerou que seria um retrocesso ficar com o primeiro substitutivo, porque o segundo apresentou, segundo o relato que fez, o resultado de uma série de negociações com representantes dos patrões, trabalhadores e partidos políticos.

O destaque foi derrotado por 58 votos a 35. Continuou em discussão a redação do inciso I do artigo 6º no segundo substitutivo de Cabral, que é o seguinte:

"Garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em: a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei; b) falta grave, assim conceituada em lei; c) justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho".

Lideranças quase chegam a acordo

BRASÍLIA — Empresários e trabalhadores estiveram perto de fechar um acordo capaz de solucionar a polêmica questão da estabilidade no emprego. Num tumultuado encontro, no fundo do plenário, os Presidentes da Fiesp, Mário Amato, e da CNI, Senador Albano Franco, discutiram com os Presidentes da CUT, Jair Meneguelli, e da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, a inclusão da emenda do Deputado José Maria Eymael (PDC-SP), sobre o pagamento de indenização nas demissões.

Meneguelli e Joazeirão chegaram a aceitar a introdução do dispositivo, desde que ele ficasse vinculado às excepcionalidades do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que prevê, em dois itens distintos, as situações nas quais o empregador pode demitir.

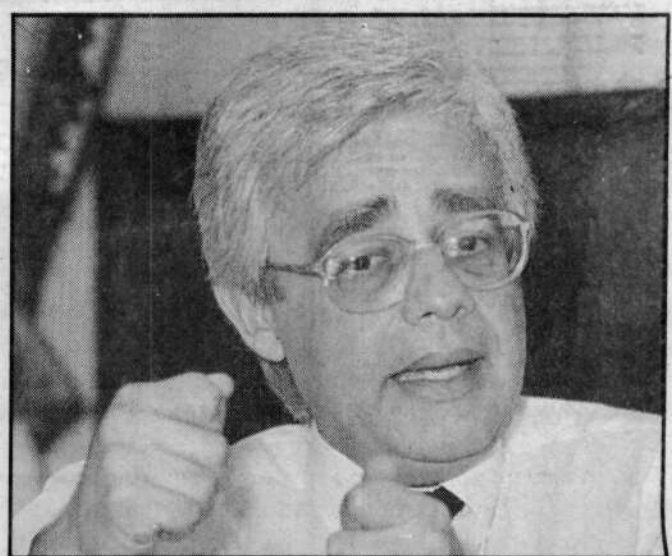
Amato, Meneguelli, Joazeirão e Albano saíram do plenário e foram para o gabinete do Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP). No gabinete, o que parecia ser uma saída acabou tornando-se um complicador. A assessoria da Fiesp desaconselhou qualquer acordo que viesse a consolidar constitucionalmente a estabilidade no emprego, o que tornou inviável nova proposta dos líderes dos trabalhadores.

Governadores se reuniram a sós e com Executiva do PMDB

O encontro de Governadores articulado por Moreira Franco para dia 15, no Palácio Laranjeiras, deve ter duas etapas: numa, eles se reuniram com a Comissão Executiva Nacional do PMDB, como deseja o Deputado Ulysses Guimarães; noutra, conversariam a sós. A mudança da programação, ainda em estudos, surgiu em uma conversa de Moreira com Ulysses. Essa seria uma oportunidade de conciliar os interesses da cúpula do partido e dos Governadores.

Moreira e Ulysses deverão decidir hoje, pelo telefone, se fazem os dois encontros no mesmo dia, diante da quase impossibilidade, nos próximos dias, de outra data para a reunião com a Executiva. Já confirmaram presença os Governadores Orestes Quêrcia (SP), Miguel Arraes (PE), Álvaro Dias (PR), Waldir Pires (BA), Tasso Jereissati (CE), Max Mauro (ES), José Aparecido (DF), Fernando Collor (AL), Geraldo Mello (RN), Henrique Santillo (GO), Flaviano Mello (AC) e Jerônimo Santana (RO). Embora não confirmada formalmente, é dada como certa a presença de Newton Cardoso (MG).

O discurso de Moreira Franco nos festejos dos 71 anos de Ulysses Guimarães, segundo um privilegiado interlocutor do Governador do Rio, revela o tom de seu relacionamento com o Deputado. A mesma fonte opinou que o



Moreira parece ter assumido compromisso de apoiar Ulysses

Governador, ao afirmar em seu discurso que o Presidente do PMDB ainda tem grande contribuição a dar ao País, assumiu uma espécie de compromisso de apoio ao projeto de Ulysses de chegar à Presidência da República.

Em Recife, o Governador Miguel Arraes telefonou ontem para Moreira Franco, confirmando que irá à reunião. Arraes tem mostrado muito interesse nesse encontro, por entender que os governadores do PMDB têm um papel importante a desempenhar na fase final de consolidação do regime democrático.

A idéia de reunir todos os

governadores do PMDB para debater assuntos como reforma tributária, sistema de governo e a conjuntura política nacional surgiu, aliás, em Recife, durante um encontro entre Arraes, Quêrcia, Moreira, Tasso, Geraldo Mello e Waldir Pires.

O Governador de Pernambuco recebeu ontem um telefonema do Gabinete Civil da Presidência da República confirmando o pronunciamento do Presidente Sarney pela televisão. Como tinha compromissos na mesma hora, pediu ao Secretário de Imprensa, Ricardo Leitão, que gravasse o discurso em videocassete. ANC 88